

# Outro mundo

ÂNGELO NOVO

*Marília: Lutas Anticapital, 2021. 290p.*

*Pedro Felipe Narciso\**

O livro ora resenhado reúne oito artigos redigidos pelo português Ângelo Novo. Esses textos, embora elaborados e já publicados de forma desassociada, foram coligidos sob um critério lógico-argumentativo próprio ao conjunto da exposição, garantindo, assim, unidade à obra. Em resumo, trata-se de uma coletânea de ensaios prospectivos sobre o tema da transição socialista. A exceção é o capítulo oitavo que, por abordar o cenário político do Brasil, foi especialmente inserido na edição brasileira da obra.

Logo no capítulo de abertura, a argumentação do autor tem como objetivo justificar a pertinência epistemológica do exercício intelectual de dobrar-se sobre o futuro. A legitimidade científica dessa atividade de antecipação é justificada pela mobilização de dois argumentos: o primeiro refere-se ao monismo ontológico, que autoriza o exercício da predição pela observação das tendências inscritas nos atos de desenvolvimento da matéria; o segundo trata do caráter semiconsciente do processo histórico de transição ao comunismo, que distingue esse processo dos anteriores e que não apenas permite como impõe a prospecção reivindicativa da sociedade futura.

No capítulo seguinte, Novo se propõe então a avaliar as tendências inscritas na dinâmica do capitalismo em seu estágio atual, perspectivando a partir daí as possi-

---

\* Doutorando em Ciência Política (Unicamp). E-mail: pedro\_felipenarciso@hotmail.com

bilidades de edificação de futuras sociedades socialistas. Ao colocar a socialização do trabalho no centro do debate, o autor projeta dois possíveis cenários de transição. Em um primeiro, o desenvolvimento das forças produtivas é ainda incipiente e a escassez continua a imperar. Nesse cenário, o trabalho permanece constrangido e a existência da forma valor persiste. Em tal realidade “a tarefa fundamental da ‘ditadura do proletariado’ não pode[ria] ser outra senão distribuir com equidade o trabalho constrangido”. Num cenário alternativo, as forças produtivas, ao contrário, encontrar-se-iam já em um nível elevado de desenvolvimento, reduzindo o trabalho vivo a um fator de produção quase insignificante. A sociedade estaria, assim, de tal modo integrada que não se vislumbram aqui tarefas políticas ou econômicas a serem cumpridas, pois a produção e a distribuição seriam precisamente reguladas por um “sistema em que a informação flui[ria] horizontalmente por todo lado, sendo apenas registrada centralmente”.

No capítulo terceiro, o autor reconstitui uma longa tradição ideológica direcionada à desvalorização do trabalho manual. O argumento é de que essa constante reflete em diferentes épocas a necessidade de legitimar ideologicamente as classes que dominam, exploram e não trabalham. Contemporaneamente, a produção dessa legitimação tem encontrado solo fértil nos discursos que atestam as teses sobre as sociedades da informação, do conhecimento e das redes. Ao polemizar com essas teses, Novo não as descarta como ilusão pura, buscando também examinar os elementos materiais aos quais aludem aquelas concepções e que lhes dão, com isso, alguma sustentação fática. A hipótese do autor mira os efeitos do atual grau de desenvolvimento das forças produtivas sobre o processo de trabalho, concentrado “cada vez mais nas áreas de planejamento, pesquisa, investigação e design”. A consequência política disso para a estratégia de luta dos trabalhadores seria a necessária abertura de três frentes de luta. Uma com os trabalhadores especializados dos setores de alta tecnologia, outra com a classe operária de tipo clássico e uma terceira com a organização da imensa massa de sem-terra, desempregados, clandestinos, informais e demais desintegrados pela produção capitalista.

A seguir, no capítulo IV, é feita uma breve avaliação sobre a atualidade da teoria leninista do imperialismo. Destacando como hipótese mais fecunda dessa teoria a que assevera a “impossibilidade de composição harmoniosa entre as potências imperialistas”, Novo estabelece uma crítica refinada às teorias da mundialização, sinalizando a reemergência dos conflitos interimperialistas. Renunciando aos simplismos que ignoram as consequências dos conflitos internos às classes dominantes para a luta das classes trabalhadoras, o autor é preciso ao destacar que “é do interesse estratégico das classes trabalhadoras e dos povos oprimidos em todo o mundo que a Europa se autonomize” como potência imperialista, rompendo a unidade do bloco capitaneado pelos EUA.

Observando o cenário internacional no período pós-queda da URSS, no capítulo V o autor conjectura sobre as tarefas políticas dos comunistas nesse novo contexto. O diagnóstico é o de que não seria a marca distintiva do referido período a mera “intensidade dos fluxos de comércio e investimento internacionais”, mas

o “estado de guerra permanente, declarada pelo diretório imperialista norte-americano sobre todos os insurgentes e insubmissos da face da Terra”. O impacto político dessa guerra teria de ser a internacionalização da estratégia socialista que, mais do que antes, deve ter um caráter mundial.

No capítulo a seguir, Novo trata de observar os efeitos políticos das revelações de Edward Snowden, as quais atestaram as dimensões do sistema global de vigilância operado pelos EUA. Como efeito político de conjunto dessa infraestrutura de espionagem, o autor destaca o patrulhamento constante sobre todos aqueles grupos sociais descontentes e potencialmente rebeldes. Dessa maneira, uma estratégia particular para o campo da comunicação teria se tornado um imperativo para o êxito da luta socialista.

No capítulo VII, a ideia-força que conduz a densa argumentação de Ângelo Novo é a da incompatibilidade entre capitalismo e democracia. Com tal diagnóstico o autor sugere como tarefa fundamental de todos os comunistas a defesa das instituições democráticas, expondo, assim, os limites e as contradições do capitalismo em sua relação com esse regime político. Trazendo a defesa do regime democrático para o centro do debate sobre a transição socialista, Novo ainda propõe – embora reconheça sua validade conceitual – a supressão do termo “ditadura do proletariado” dos programas partidários. Em substituição a esse termo o autor passa a utilizar, apesar de anunciar possibilidades diversas, o termo “democracia radical”.

No capítulo de encerramento, Novo faz uma justa reconstituição da recente história política brasileira, indicando nela os vetores que conduziram o país às “vascas do neofascismo”. Aqui, abstenho-me de adentrar nos pormenores do capítulo que, embora oportuno, não integra o escopo fundamental do livro. Assim, passo às breves e finais considerações.

*Outro mundo* proporciona ao leitor um contato muitíssimo proveitoso com o tema da transição socialista vinculado às novidades do capitalismo em nosso tempo. Dentre essas, destacam-se, principalmente, os efeitos econômicos, políticos e ideológicos oriundos da sofisticada, e cada vez mais dominante, indústria da informação. Sobre os pontos que demandam uma atenção crítica mais minuciosa – e com isso encerro – destaco três: (i) do ponto de vista teórico, é prudente observar a possibilidade de o “pequeno segmento de trabalhadores especializados de forte componente técnico” ser parte integrante da classe média e não, desde já, da classe operária; (ii) um conceito de democracia normativo e ampliado como o mobilizado pelo autor tende a tornar esse regime político incompatível não só com o capitalismo, mas com todo o sistema social que não seja o socialismo em estágio avançado, o que acaba fragilizando, dessa forma, a hipótese da incompatibilidade genética do capitalismo com a democracia; por fim, (iii) a supressão do conceito de ditadura do proletariado dos programas políticos tende a favorecer a confusão teórica nas fileiras operárias, podendo com isso obstaculizar o caráter semiconsciente da transição, afinal a assim chamada “democracia radical” seria ainda um Estado e, como tal, uma ditadura de classe. Como marxistas, por que não chamaríamos uma coisa pelo seu nome?

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

# CRÍTICA marxista

**Direção política e educação**

Anita Helena Schlesener

**Debates historiográficos, Brasil e Argentina**

Lucas Duarte e Carlos Zacarias

**Notas sobre o comum**

João Tonucci Filho

**DOSSIÊ “Marxismos, feminismos, *queer*  
e sexualidades” (Parte II)**

Bárbara Castro, Maira Abreu,  
Cinzia Arruzza, Kevin Floyd, Alan Sears

# 49